

MIGRAÇÕES DE PESSOAS TRANSGÊNERO E TRAVESTI NO VALE DO PARAÍBA

Maria Esther Vaz Mendes e Lidiane Maria Maciel

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mariaesthermendes1@gmail.com, lidiane@univap.

Resumo

No ano de 2024, o Brasil pela 16ª vez lidera o *ranking* de países com o maior número de assassinatos de pessoas transgênero e travestis, segundo o “Dossiê Trans de 2024” publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2025). O seguinte artigo irá tratar sobre problemas estruturais, os quais favorecem o movimento de migração por parte deste grupo, resultando em uma marginalização institucional, podendo decorrer até mesmo desta população se encontrarem em situação de rua. Assim, visibilizar a necessidade de criação de mais abrigos LGBTQIAPN+ e a capacitação de funcionários do local para atender esse determinado público. Os dados para este artigo foram coletados via pesquisas online e informações de redes sociais dos próprios movimentos sociais das 38 cidades nas quais se situam em torno do Vale do Paraíba, além de análise bibliográfica sobre as problemáticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Migração. Queer. Transsexualidade. Travesti.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas: Psicologia.

Introdução

O estado, cultura, famílias, mídias e indústrias, operam para uma organização social para a produção e reprodução de uma subjetividade industrializada (Alves, 2016). Guattari (1996), salienta o movimento dessa ordem na produção de identidades individualistas e capitalísticas, estas, criam regras normativas visando o assujeitamento e adestramento dos corpos das classes inferiores, pois para maior controle sobre estes corpos, a alienação é a principal ferramenta para tal (Foucault, 1999). Tanto e Guattari (2013), quanto Freud (2021), mostram as implicações da “grande ordem” no psiquismo das pessoas, realçam a importância dos veículos de comunicação de massas como ferramentas de subjetivação, criando uma imagem normatizadora para fins de uma maior dominação da mais valia e a criação de um modelo com fins de reproduções sociais, assim subjetividades não condizentes com a hegemonia são vítimas de represálias (Foucault, 1999). Na sociedade brasileira, há uma valorização do masculino, onde a sua imagem representa uma classe superior às outras, por consequência, o que não se encaixava como “masculino” era estigmatizado e até mesmo considerado doente (Silva, 2000).

Em 2024, o Brasil segue pela 16ª vez sendo o país que mais assassina pessoas trans no mundo, além do Estado ainda não implantar políticas públicas para sanar este problema invisibilizado pelas mídias que não publicam informações ou notificam casos de assassinatos por transfobia (ANTRA, 2025). Assim, é possível notar a tentativa de apagamento da história e a realidade deste grupo, esta estratégia torna-se uma forma de disseminar o preconceito e dificultar o acesso à esse conteúdo, de forma que as pessoas continuem na ignorância sobre as vivências da comunidade trans e travesti e reproduzindo discursos não verdadeiros e vexatório (Scott; Maluf, 1998).

Neste íterim, trinta e oito cidades, sendo elas localizadas aos arredores do Vale do Paraíba e no próprio Vale, foi-se coletado dados sobre a existência ou não de abrigos para pessoas queer, também houve a procura da existência dos movimentos LGBTQIAPN+ nas cidades. Pois é com a luta dos movimentos sociais que a população queer conquistou seus direitos em ter um abrigo próprio a eles (Vick, 2023).

Metodologia

Foi-se utilizada análise qualitativa de revisão literária acerca de tópicos relacionados à formação de subjetividades atravessadas pelos meios sociais, culturais e históricos. Além de dados disponíveis por meio dos Dossiês composto pela Associação Nacional de Transsexuais e Travestis (ANTRA). Os

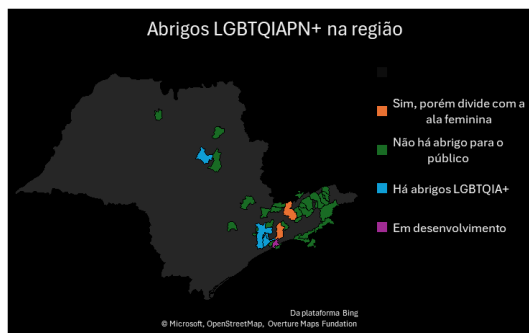
A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

mapas são embasados em informações coletadas de fontes encontradas via pesquisa online e de redes sociais dos próprios movimentos sociais atuantes nas trinta e oito cidades as quais permeiam o Vale do Paraíba.

Resultados

O seguinte mapa irá mostrar dados sobre abrigos institucionais para o público LGBTQIAPN+ de cidades no Vale do Paraíba e outras regiões próximas. Além da proximidade, outro foco foi em municípios nos quais há grande circulação de migrantes.

Figura 1 - Mapa das cidades com abrigos queer

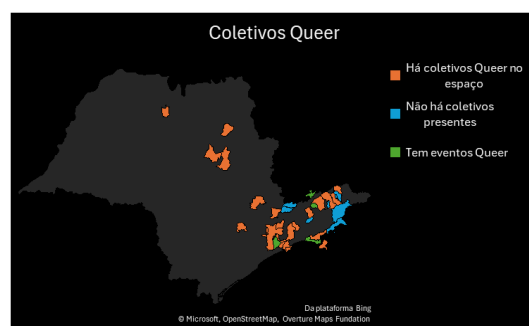


Fonte: Microsoft Excel

As cidades onde foram encontrados abrigos específicos para a população LGBTQIAPN+ são: Araraquara, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo. Assim, também foram registradas Mogi das Cruzes e São José dos Campos com abrigos queer, porém compartilhado com a ala feminina, é importante ressaltar que a prefeitura de Santos, tem um projeto para a construção de um abrigo Queer. As outras cidades demarcadas não possuem abrigos institucionais para a comunidade LGBTQIAPN+.

As cidades citadas com abrigos institucionais exclusivos ou com a necessidade de dividir o espaço com a ala feminina têm o maior número de coletivos queer. Porém, na maioria dos locais o abrigo queer se encontra no mesmo espaço do abrigo para mulheres, fato no qual pode ocorrer atritos (Caputo, 2018).

Figura 2 - Mapa dos Movimentos Sociais



Fonte: Microsoft Excel

Os municípios de São Paulo, Santo André, Araraquara, Mogi das Cruzes, São José dos Campos e São Bernardo do Campo. De forma respectiva, estas cidades apresentam muitos movimentos sociais ativos em áreas legislativas, midiáticas e culturais, trazendo a visibilização dos sujeitos queer de suas regiões. Desse modo, há a conscientização de que sem os movimentos sociais, as conquistas obtidas como, abrigos, leis contra a violência sofrida pela população trans, não estariam em pauta (Vick, 2023).

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Dados coletados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia, a mais antiga ONG LGBT da América Latina) mostram que em 2023 no Brasil foram registradas 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, tornando-se o país com o maior número de mortes da comunidade do mundo (G1, 2024). Com isso, a necessidade de contratação de pessoas Transgênero e Travestis para cargos administrativos e sociais, são essenciais para a mudança deste cenário (Mendes; Jorge e Pilecco, 2019). O qual, ao invés de trazer acolhimento faz com que as pessoas revivam as experiências de preconceito, fato este, que motivou sua decisão de sair de suas residências (Toledo, 2014).

Discussão

Em Foucault (1999), as estruturas relativas à sexualidade e formato familiar têm como princípio a organização das massas para o funcionamento da estrutura econômica. São criadas formas das pessoas se relacionarem, no caso, heterocisnormativo, formato o qual os corpos trarão rendimentos capitais e geram novos trabalhadores. De acordo com o autor (Foucault, 1999), ocorreu no século XVII no continente europeu. Assim países colonizados, como no caso do Brasil, tiveram a cultura ocidental inserida em suas sociedades (Fanon, 2022). Somando a isso, na terceira fase da industrialização no Brasil (a partir de 1930), o país fora e continua sendo inundado pelas ideologias estadunidenses, que são fundadas em discursos burgueses, onde se perpetua uma criação de um país ideal, com uma sociedade formada de corpos ideais para o progresso da nação (Prado, 2015).

Com influência ocidental em sua matriz cultural, o Brasil torna-se um país com profundos marcadores binários, com essas estruturas tão enraizadas em suas estruturas sociais, históricas e culturais que discursos de normatividade de gênero são naturalizados. Assim, grupos que não se encaixam na norma prescrita são marginalizados e oprimidos, considerados como o Outro, aquele que não é, o faltante (Oyéwùmí, 2021). Segundo Oyéwùmí (2021), afirma que a sociedade ocidental se orienta estritamente com a Bio-lógica, onde se tem uma tipificação e organização conforme os atributos físicos das pessoas. Nesta perspectiva, há os corpos ideais aqueles que suprem com as demandas da sociedade capitalista, de forma que os outros corpos são subjugados pelo primeiro, com funções específicas as quais são determinadas pela Ordem neoliberal e capitalista.

Segundo Toledo (2014), a homofobia familiar representa uma vulnerabilidade vivenciada pelo sujeito queer, fazendo com que a pessoa sem o amparo e proteção de um grupo, esteja vulnerável a ameaças vindas de pessoas fora do âmbito familiar, desse modo, muitos que são expulsos de sua casa e não tem onde se abrigar, acabam em situação de vulnerabilidade, seja nas ruas ou em locais onde sua segurança é ameaçada. Para Schulman (2010), a homofobia provinda do ambiente familiar é comum na vida de jovens LGBTQIAPN+, pois segundo a autora, é uma crise cultural, onde tudo que permeia o assunto queer é restringido, ou seja, a prática do silenciamento.

A LGBTfobia é um fenômeno na qual, permeia os lares dessas pessoas, pois, suas famílias ao perceber que suas/seus filhas/filhos não cumprem com as expectativas e não desempenham o papel proposto em mídias e outros veículos de comunicação. O sujeito vira alvo de punições, que segundo Schulman (2010), podem variar de exclusões e agressões físicas, de forma rotineira, destruindo a vida da pessoa, na forma em que se relacionam com a sociedade e seus iguais. Dessa forma, segundos estudos queer (Toledo, 2013; Schulman, 2010; Meneses, 2020), essa hostilidade encontrada em seus lares provocam a partida e expulsão de suas casas, deixando-os a margem de uma sociedade, na qual, ao perceber sua falta de estrutura/rede de apoio, potencializa ainda mais seus atos de discriminação.

Há diversas formas que as instituições podem operar na modelação da subjetividade dos indivíduos, os quais não se apresentam da forma desejada pelos modelos industrializados (Guattari; Rolnik, 1996). Assim, à disposição de inúmeras ferramentas, estas normatividades são implantadas nos sujeitos desde a infância, onde por vezes são restringidas de se oporem aos discursos normatizadores (Freud, 2021).

Segundo uma pesquisa de 2017 realizada pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, cerca de 82% das pessoas trans abandonam o ensino médio entre os 14 e 18 anos (Abe, 2023). Dessa maneira, há vários fatores ao decorrer das relações sociais e culturais desta população que determinam as razões pelas quais migram para regiões maiores.

A falta de incentivo e interesse de seus responsáveis pode gerar uma baixa expectativa em relação aos estudos, levando a pessoa trans e travesti a um déficit educacional, econômico, patrimonial e habitacional, em síntese, esses preconceitos da família deixará rastros na vida desta vítima, caso este que muitas destas acabam tendo um abandono e evasão escolar (Bonevides; Nogueira, 2021).

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

As escolas segundo Alvez (2016), são meios do Estado modelar a subjetividade dos alunos, de forma que tenham em seus discursos e métodos pedagógicos voltados na didática do binarismo normatizador do certo ou errado, menina ou menino, assim por diante. Guattari e Rolnik (1996), traz uma análise da ordem disciplinar exercida em escolas, fazendo com que, crianças criem sua subjetividade fora do plano da ordem capitalística tenha que ser modelada e seriedade a fim de ser reprodutora de discursos consonantes ao sistema e ao Estado.

Assim, a exclusão e muitas vezes a expulsão das pessoas transgênero e travestis em escolas, por uma estigmatização de seus corpos, resultam em um futuro, no qual, estes não conseguem adentrar no mercado de trabalho por falta de formação. São arrastadas para a prostituição, muitas são assassinadas ou gravemente feridas, por estarem em uma profissão já marginalizada e exposta à violências diretas, isso somando com o ódio à pessoas trans, dessa forma, muitas sofrem de mortes prematuras, por um abandono familiar e estatal desde novas (Bonevides; Nogueira, 2021).

Em razão de um ambiente hostil tanto em suas famílias quanto nos ambientes externos a suas casas, vem a necessidade de terem que se locomover para um novo espaço, de maneira que possam se manifestar de maneira livre sua identidade de gênero (Heilborn, 2004). A situação, na qual, pessoas trans e travestis se encontram em relação à diáspora, foi discutida por Menezes (2020). Diz respeito não apenas de algo relativo ao campo geográfico, mas corpórea e sexual, como supracitado, as pessoas trans e travestis perpassam por uma série de estigmas sociais por ir contra a normatização, gerando, intervenções, por muitas vezes violentas pelos agentes sociais ligados a ela. Ainda em Menezes (2020), esses sujeitos tendem a não ter muitas escolhas de esquiva destas violências.

Assim, em suas migrações a População trans e travesti também vivenciam o fenômeno da expulsão (Singer, 1980). Como exposto, essa expulsão ocorre em diversos espaços sociais, (suas casas, trabalhos, escolas, entre outros), conforme a ocorrência destes eventos estes sujeitos encontram na migração uma forma de escape destas opressões. Porém ao tentarem sair de seu núcleo familiar opressivo, são expostos a maiores violências (Toledo, 2014).

Aqueles as quais não possuam recursos nem ajuda de terceiros, acabam por vargar nos espaços urbanos sem abrigo, por falta de emprego em razão de transfobia tendem a se iniciarem na prostituição (Menezes, 2020). Porém há casos em que conseguem se vincularem a abrigos institucionais, deixando assim, as ruas. Contudo, segundo Caputo (2018), uma das mais recorrentes denúncias vinculadas à assistência social e outros departamentos públicos é o não uso dos nomes sociais e a falta de sensibilidade ao serem orientados pelos sujeitos para se referirem com este. Em instituições que atendem crianças e adolescentes, há denúncias sobre a negligência e a constante ridicularização cometida pelos agentes de instituições de acolhimento, forçando-os a não demonstrarem ser trans e travestis. Em relação às pessoas trans já adultas, muitos relatam que em órgãos governamentais como o CRAS, se negam a atendê-los e até mesmo negando a entregar-lhes a cesta básica (Caputo, 2018). [...] “viado não tem direito a nada”, negando-se a conceder uma cesta básica, ou ainda que não arrumava emprego para travesti, indicando um ponto de prostituição. (Caputo, 2018. p.70).

O abrigo institucional feminino e LGBTQIA+ é situado no centro da cidade (Avenida Princesa Isabel, 1235, Santana), tem acomodação total de 30 pessoas e conta com uma equipe multidisciplinar como assistente social, educadores e um coordenador. Com o público de pessoas adultas, mulheres e pessoas queer, este espaço tem o objetivo de sociabilização, contato com a cultura e desenvolvimento de capacitações para os atendidos (Silva, 2021). Porém segundo o Antra (Bonevides; Nogueira, 2021) a população trans e travesti em grande parte saem de suas casa a partir dos 13 anos de idade, tendo que ser atendidos em abrigos infantis regulares. Porém há diversos relatos de transfobia por parte dos profissionais dos abrigos, onde se negam a chamar essas crianças por seus nomes sociais e por vezes são colocados em abrigos levando em consideração apenas seus corpos anatômicos (Alvarenga, 2024). Outro aspecto referente a pessoas trans em migração, é o fator das políticas destes abrigos, onde não se acolhe pessoas que não são da cidade, dessa forma, ou ganham passagens para voltar para sua cidade de origem ou acabam sendo de certo jeito levadas a voltarem às ruas (Silva, 2023).

Conclusão

De acordo com dados expostos, encontrados via redes sociais e pesquisas, na região há um número escasso de abrigos exclusivos ou até mesmo dividido com a ala feminina, de forma que a população trans e travesti ao buscarem instituições de amparo às pessoas em situação de rua são por

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

meio da falta de opção empurrados para abrigos, as quais não se sentem seguros. Razão esta que se justifica pelas antigas violências já sofridas nas ruas e estabelecimentos devido a sua identidade de gênero (Caputo, 2018). Assim, com sua trajetória de migração de sua casa, escola e falta de oportunidades no mercado de trabalho, esta população acaba por se encontrarem diante de situações as quais são submetidas a prostituição e tráfico de drogas (Menezes, 2019). Contudo, devido ao preconceito concebido em profundas raízes culturais e históricas, as pessoas trans e travestis apresentam-se sem nenhuma rede protetiva, pois seus pais e parentes em grandes proporções de casos expulsam sua prole de casa, deixando-os sem auxílio monetário e material (Toledo, 2014).

Apesar de terem leis as quais assegurem os direitos das pessoas transsexuais e travestis, não significa que o cenário mudou. A partir de Foucault (1999), há o conhecimento de que os sistemas jurídicos apesar de terem leis de prevenção são diretamente suscetíveis aos representantes do poder no momento. Dessa maneira, as leis seguem o percurso histórico atual, onde é possível perceber levantes anti-trans em países imperialistas, que por conta de uma história de dominação histórica e social exercendo grande influência em países em desenvolvimento, que muitas das vezes reproduzem os preconceitos gerados na sociedade colonial (Fanon, 2022).

Como salientado, a realidade brasileira não se diferencia destas de países ao norte tanto números cada vez mais elevados de vítimas. Dessa forma, a comunidade trans e travesti são abandonadas por órgãos públicos e são forçadas a ocuparem posições de risco como expresso por Menezes (2019). De forma presente no mapa nº 1, na região próxima ao vale encontram-se seis (contando aquelas divididas com o público feminino) de trinta e oito cidades investigadas, além de que em grande parte das instituições não tem capacitação para abrigar a grande parte da população trans e travesti, em razão de terem de dividir com as mulheres cis, afora o escasso número de vagas.

Referências

ALVES, Douglas Santos. Gênero e Diversidade Sexual. Tubarão: SC. 2016.

ALVARENGA, Júlia Muniz. Cartas para pensar: quem protege crianças e adolescentes trans e travestis nos serviços de acolhimento?. 2024. 168 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BENEVIDES. B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

CAPUTO, Ubirajara de None. Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. RJ: Zahar, 2022.

FERNANDES, Beth. A relação das travestis e das transexuais com o tráfico de pessoas: onde termina a migração começa o tráfico de pessoas. CADERNOS TEMÁTICOS SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS, v. 70064, p. 11, 2014.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. GRAAL: RJ. 13º ed. 1999.

FREUD, Sigmund. Futuro de uma ilusão. Martin Claret: São Paulo. 2021.

GUATERRI, Félix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: Cartografias do desejo. Vozes: Petrópolis, RJ. 2013.

G1. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, segue como o país mais homotransfóbico do mundo. set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml>. Acesso em 18, out. 2024.

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**

HAQ, Sana Noor. Reino Unido decide que definição legal de “mulher” exclui mulheres trans. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/reino-unido-decide-que-definicao-legal-de-mulher-exclui-mulheres-trans/>. Acesso em: 20 mai, 2025.

HEILBORN, Maria Luiza. Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. In: Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. 2004. p. 217-217.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). Saúde em Debate, v. 43, n. spe8, p. 107-119, 2019.

MENESES, Cleber Souza. Diáspora trans: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero. 2020.

OYĒWÙMÍ, Oyêrónkẹ. A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. RJ: Bazar do Tempo. 2021.

PRADO, Fernando Correa. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Marília: Lutas Anticapital, 2015.

SCOTT, J. W. MALUF. M. A invisibilidade da experiência. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, 1998.

SILVA, Marília Goulart; MACIEL, Lidiane Maria; DE SOUZA, Adriane Aparecida Moreira. CARTOGRAFIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1980-2020). In: VI Seminário do Programa de Pós-graduação Planejamento Urbano e Regional. 2021.

SILVA, Sérgio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicologia: Ciência e profissão, v. 20, p. 8-15, 2000.

SINGER, P. Migração e Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Laços de família e segredos (sexuais) compartilhados: narrativa de história de vida de uma jovem dissidente em uma família homofóbica. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, p. 121-142, 2014.

VICK, Mariana. Qual o papel de casa de acolhimento para pessoas LGBTI+. NEXO, 2023. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2023/12/07/Qual-o-papel-de-casas-de-acolhimento-para-pessoas-LGBTI>. Acesso em: 05, mai 2025.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.